

**IV Jornada Brasileira de Sociologia e I Jornada Brasileira de Ciência Política
De 3 a 5 de novembro de 2015
Pelotas - UFPel - RS**

GT 5. MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA

Nome: **Carla Michele Rech**

E-mail: carlatsul@yahoo.com.br

Instituição de ensino superior: **Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Titulação máxima: **Doutoranda**

Telefone (53) 81258423

Como visualizar e analisar o invisível? Propondo um modelo analítico do fluxo de indivíduos que transitam por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais no Brasil

Partindo de uma constatação de que existe uma dinâmica de relações e de fluxos de indivíduos por entre organizações de movimentos sociais e o Estado (ABERS, VON BULOW, 2011), bem como um desafio teórico de como interpretar esses processos (SILVA, 2015), apresentamos o presente ensaio teórico, fruto de uma revisão de literatura da área associada à experiência vivenciada pela autora como consultora durante o período de 2004 a 20012, junto a um órgão estatal do governo federal brasileiro.

Com a pretensão de contribuir para a superação de um limite presente hoje na área de pesquisa sobre movimentos sociais no Brasil que é a invisibilidade de certos tipos de relações sociais que podem ser importantes para compreender a ação coletiva transformadora e tendo em vista os poucos estudos com esse enfoque e muito a se produzir nesse campo, mais em termos analíticos do que empíricos é que elaboramos a proposta ora apresentada de um modelo de análise sociológica que permita investigar como se estabelece o fluxo de indivíduos que circulam por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais, bem como compreender como são construídas as redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade e que possibilitam tal trânsito de indivíduos.

Nosso modelo se insere dentro da perspectiva epistemológica do realismo crítico, o qual parte do princípio de que a “ciência (...) é uma atividade social cujo objetivo é a produção de conhecimento sobre tipos e formas de ação de coisas ativas, que existem de forma independente [da ciência].” (Bhaskar, 1998, p.18) e

procura explicar como e por que determinados fenômenos sociais ocorrem, em determinado contexto e sob determinadas circunstâncias.

A proposta visa articular três níveis de análise: por um lado os estudos de redes sociais já realizados no Brasil os quais procuram, segundo Marques (1999, 2000, 2010) integrar duas dimensões analíticas: a dos atributos pessoais e das relações sociais, procurando reconstruir as estruturas pelas redes sociais, permitindo a incorporação de elementos associados à sociabilidade dos indivíduos no estudo do macrocosmo social representado pela própria estrutura social.

Cabe destacar que o estudo sobre redes sociais ao qual nos referimos entende por rede social,

o campo, presente em determinado momento, estruturado por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações construídos ao longo do tempo. Esses vínculos têm diversas naturezas, e podem ter sido construídos intencionalmente, embora a sua maioria tenha origem em relações herdadas de outros contextos (MARQUES, 1999, p. 47).

Segundo Marques (1999, p. 47), “o uso do conceito de redes permite chegar a um grande detalhamento das relações individuais sem perder de vista a estrutura do campo inteiro e os padrões mais gerais, introduzindo dimensões novas e inusitadas na compreensão do Estado”. Além do que,

“a análise de redes nos permite identificar detalhadamente os padrões de relacionamento entre atores em uma determinada situação social, assim como as suas mudanças no tempo. Esse estruturalismo de origem empírica apresenta grande potencialidade para o estudo da relação entre público e privado na formulação e gestão de ações do Estado” (MARQUES, 1999, p. 46)

O autor argumenta que “a incorporação das redes sociais permitiria construir então, um estruturalismo *a posteriori*, deduzido da análise empírica (Tilly, 1992b), ao contrário dos estruturalismos induzidos por diversas teorias anteriormente”, isso porque segundo o autor, “mesmo a ontologia dos sujeitos sociais dependeria de sua inserção em situações e relações (Emirbayer, 1997)” (MARQUES, 2010, p. 44).

Ademais, segundo destaca Marques (2010, p. 43) os padrões de relações de indivíduos e entidades que cercam as situações sociais estariam presentes em quase todas as dimensões, “sendo muito difícil estudar fenômenos sociais sem considerá-los”.

Segundo Marques (2010, p. 43) “a preocupação das ciências sociais com os efeitos dos padrões de conexão entre indivíduos existentes nas sociedades é bastante antiga e remonta pelo menos a clássicos como Simmel”.

Para Simmel (1986), todos os indivíduos (a partir da modernidade) para além de seu círculo originário (círculo orgânico imediato decorrente da família/forma primária de socialização) e dependendo de suas qualidades particulares, possuem a liberdade para pertencer aos grupos que quiser e assim há uma possibilidade muito maior de cruzamento e complexificação dos círculos sociais. O critério da intelectualidade passa a ser utilizado como base para a diferenciação e formação de novos círculos, para além dos critérios voluntários (econômicos, guerreiros, políticos em sentido amplo e estrito), sentimentais (religiosos) ou uma mistura de ambos (familiares).

Por outro lado, utilizaremos os conceitos da sociologia do engajamento militante (SAWICKI; SIMÉANT, 2011) e o conceito de disposições (LAHIRE, 2004). Isso porque queremos investigar as trajetórias de maneira a compreender não só os vínculos e as relações, mas as disposições dos indivíduos, pautados na proposta de análise proposta por Lahire (2004, p. 26-27) de que os indivíduos tem uma trajetória, na qual sofrem uma exposição a contextos socializadores ou a indivíduos portadores de princípios de socialização diferentes, e que acabam por influenciar, em certa medida, suas as ações.

Obviamente, não se trata de procurar a fórmula geradora das práticas de um ator, reconstituir "o" estilo ("cognitivo" ou "de vida") que perdura e se manifesta nos domínios mais diferentes de atividade, uma ilusão comum socialmente fundamentada, já que as teses da unicidade e da homogeneidade (tanto da cultura como do ator) não têm nenhuma evidencia conforme destaca Lahire (2002, p. 20-21). A sociologia disposicionalista proposta por Lahire contribui para que ao mesmo tempo em que sejam reconstruídas as redes sociais na qual os indivíduos foram se inserindo, essa abordagem possibilitará a reconstrução das formas de socialização. Ademais, partimos do pressuposto de que as relações sociais se dão em contextos específicos e conforme aponta Lahire (2004, p. 29) deve-se levar em consideração “a importância dos contextos (suas propriedades objetivas e a maneira como são percebidas pelos atores em *função de outras disposições sociais*)”.

Para o desenvolvimento desse nível micro social de investigação, serão reconstruídas trajetórias de indivíduos que tiveram/tem vínculos com organizações

de movimentos sociais e migraram para órgãos estatais em cargos temporários, teoricamente sem indicação partidária, por se tratar de vinculação por meio de contratação para prestação de serviços mediante processo seletivo público, desenvolvido por agência de cooperação internacional com governo brasileiro¹.

Um dos objetivos é conhecer e compreender os processos de socialização de alguns destes indivíduos, visando encontrar elementos que contribuam, em última análise, para o entendimento de formas de interação que as organizações de movimentos sociais e o Estado têm estabelecido, especialmente na última década. Conforme destaca Lahire (2004), não se trata de investigar pessoas singulares, mas a parte daquilo que o mundo social refletiu nelas.

O autor destaca que “acima de tudo, o que salta aos olhos é a configuração relativamente heterogênea que cada patrimônio individual de disposições constitui. E é bem difícil passar dessa estrutura complexa à *uma* fórmula geradora de práticas” (LAHIRE, 2004, p.323). Levando em conta esse argumento, consideraremos então a heterogeneidade das experiências socializadoras e nesse sentido o fato mais comum de que o ator vive um conjunto de experiências e atualizações de determinadas disposições que em certa medida influenciam suas ações,

(...) os repertórios de esquemas de ação (de hábitos) são conjuntos de sínteses de experiências sociais que foram construídas/incorporadas durante a socialização anterior nos âmbitos sociais limitados/delimitados, e aquilo que cada ator adquire progressivamente e mais ou menos completamente são tanto hábitos como sentidos da pertença contextual (relativa) de terem sido postos em prática (LAHIRE, 2002, p. 37).

Parte-se da noção de que “de alguma maneira, cada indivíduo é “depositário” de disposições de pensamento, de sentimento e de ação, que são produtos de suas experiências socializadoras múltiplas, mais ou menos intensas, em diversos grupos, e em diferentes formas de relações sociais” (LAHIRE, 2004).

É nesse sentido que se mostra pertinente o conceito para análise dos indivíduos que se pretende investigar. Trata-se, segundo o autor, de “(...) retornar, de forma crítica (...) a tradição disposicionalista, que tenta levar em consideração, na análise das práticas ou comportamentos sociais, o passado incorporado dos atores individuais” (LAHIRE, 2004, p.21).

¹ Os indivíduos a serem pesquisados foram contratados pelo projeto de cooperação técnica PCT IICA/MDA-SDT-CONDRAF: “Organização e fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais” BRA/IICA/07/009 ou outros projetos de cooperação da mesma natureza.

Para dar conta de um nível meso de ordem social em que os atores (que podem ser individual ou coletivo) interagem com o conhecimento de um sobre o outro e tem um conjunto de entendimentos comuns sobre os efeitos do campo, as relações no campo (incluindo quem tem poder e por que) e as regras do campo, associaremos ao modelo, os conceitos da teoria geral do campo de ação estratégica proposta por Fligstein e MacAdam (2011). A análise será permeada também por um nível macro social de investigação que levará em consideração o contexto histórico e os mecanismos institucionais, normas e leis que oportunizam ou constroem determinados fluxos e abertura ou fechamento das fronteiras.

Pretende-se com a articulação destes três níveis de análise dar conta da complexidade envolvida no trânsito de indivíduos entre sociedade e Estado e compreender como e por que se estabelecem esses fluxos; contribuir com a investigação de uma realidade que pouco se conhece e apresenta um desafio para a literatura na área, e em última instância pode contribuir para o entendimento mais amplo de interações entre organizações de movimentos sociais e o Estado.

Referências bibliográficas

- ABERS, Rebecca Neaera; von BÜLOW, Marisa. Movimentos Sociais Na Teoria e Na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade?. **Sociologias**, 13 (28), p.52–84, 2011.
- BHASKAR, Roy. Philosophy and scientific realism. In ARCHER, Margaret; BHASKAR, Roy; COLLIER, Andrew; LAWSON, Tony; NORRIE, Alan (eds.). *Critical Realism: essential readings*. London: Routledge, 1998.
- LAHIRE, Bernard. **O Homem Plural: os determinantes da ação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. **Retratos Sociológicos: Disposição e variações individuais**, São Paulo, Artmed Editora, 2004.
- MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n.41, pp.45-67, outubro de 1999.
- _____. **Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Revan - Fapesp, 2000.
- _____. **Redes Sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- SILVA, Marcelo Kunrath. Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. In: **Movimentos Sociais e engajamento político**/Ilse Scherer-Warren, Lígia Helena Hahn Luchmann orgs. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.
- SIMMEL, G., “El cruce de los círculos sociales”, In: **Sociologia 2. Estudios sobre las formas de socialización**. Tradução de J. R. Pérez Bances. Madri, Alianza Universidad, 1986, p. 425-478